



EDITAL

Nº 71/XIII-2º/2021-25

(Moções/Deliberações)

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de dezembro de 2022 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 14 de dezembro de 2022, a Assembleia Municipal aprovou os seguintes Votos de Pesar:

Voto de Pesar (Pelo Falecimento de Carlos Alberto Almeida)

Carlos Alberto Almeida faleceu no passado dia 22 de novembro.

Resistente antifascista, Carlos Alberto Almeida foi membro da Comissão Democrática Administrativa da Câmara Municipal de Almada, tendo integrado o grupo de 23 cidadãos e cidadãs, empossados em maio de 1974 em substituição da administração municipal fascista, na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974.

A Comissão Democrática Administrativa/Poder Local Democrático Revolucionário assegurou a gestão municipal entre 16 de maio de 1974 e janeiro de 1977, data em que tomaram posse os primeiros órgãos eleitos do Poder Local Democrático consignados na Constituição da República Portuguesa.

Enquanto membro da Comissão Democrática Administrativa, Carlos Alberto Almeida participou ativamente no desenho, construção e tomada das primeiras decisões e medidas concretas, que contribuíram decisivamente para arrancar o Concelho de Almada do subdesenvolvimento herdado do fascismo, dando início a um processo de desenvolvimento e progresso que transformaria o Concelho de Almada num dos concelhos mais desenvolvidos do nosso país.

Carlos Alberto Almeida integrou igualmente a então criada Comissão de Gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, e foi um dos responsáveis pela criação, em Março de 1975, do Gabinete de Apoio a Problemas Locais – GAPROL, que integrou técnicos da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, e cuja responsabilidade política ficou atribuída aos vereadores Carlos Alberto Almeida, Osvaldo Azinheira e Joaquim Rodrigues, atuando na dependência direta do Presidente da Comissão Democrática Administrativa, Fernando Proença de Almeida.

No quadro desta estrutura municipal, Carlos Alberto Almeida participou ativamente na coordenação do apoio do Município ao trabalho e intervenção das mais de 70 Comissões de Moradores, que sob o lema "do nada se faz tudo e tudo que é o todo ao Povo se entrega", se constituíram na sequência da Revolução de Abril para responder aos anseios e aspirações das populações, e começar a resolver os imensos problemas que então se registavam no Concelho de Almada.

Foi autarca eleito pela CDU, em representação do seu Partido de sempre, o Partido Comunista Português, na Assembleia de Freguesia da Charneca de Caparica no mandato 1986-1990.

Foi Associativista de Mérito e muito atento aos problemas do Movimento Associativo Popular, tendo assumido ao longo de diversos mandatos, o cargo de Presidente da Assembleia Geral da Associação "Amigos do Atletismo de Charneca da Caparica", presidente do Conselho Fiscal da Comissão Unitária de Reformados e Pensionistas dos Idosos da Charneca (CURPIC), entre outras atividades desenvolvidas no Movimento Associativo Almadense.

A Assembleia Municipal de Almada delibera expressar os mais sentidos votos de condolências pelo falecimento do insigne cidadão Charnequense e Almadense Carlos Alberto Almeida, dirigindo à sua Família, em especial aos seus filhos, a todos os seus muitos amigos, aos autarcas que com ele partilharam o exercício de responsabilidades de gestão no Poder Local Democrático, e ao seu Partido comunista Português, a mais profunda solidariedade e amizade no momento em que parte o Homem Bom que foi, e é, Carlos Alberto Almeida, restando connosco a memória do seu inestimável contributo para o bem comum.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 71/XIII-2º/2021-25

(Moções/Deliberações)

TK

Voto pesar e de Solidariedade
Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres

Carla Oliveira. 45 anos. Mãe de dois. Na noite de 30 de setembro foi assassinada pelo ex-marido, que não aceitou o divórcio e o facto dela ter saído de casa, baleando-a. Carla é a 23.ª vítima de violência doméstica de 2022.

Todos os anos o Dia Internacional pela eliminação da violência das mulheres mobiliza a luta feminista para denunciar o maior problema de segurança em Portugal: a violência machista.

A violência contra as mulheres decorre do machismo e da sociedade patriarcal, do preconceito contra as mulheres, mas há também um problema de políticas públicas, de uma estrutura judicial que não está preparada para lidar com este problema com a capacidade que devia ter.

Um exemplo são as secções especializadas para a violência doméstica, que integram polícia, Ministério Público, as secções judiciais ligadas com a família e menores e que existem hoje em projeto piloto apenas em cinco secções regionais, mas funcionam com metade dos funcionários judiciais que deveriam ter. Perante o crime de violência de género, estas secções especializadas seriam uma grande ajuda, mas o Governo não tem investido nelas.

É preciso priorizar o combate à violência doméstica, e para tal têm-se de dotar financiamento com recursos humanos às instituições que têm responsabilidade de fazer este combate e trazer justiça.

Quanto às formas de combater a violência de género, por um lado é preciso combater a impunidade, a começar pelos tribunais que muitas vezes passam esta ideia de impunidade porque desvalorizam a vítima e desculpabilizam o agressor. Por outro lado, apostar na prevenção. A educação para a igualdade é essencial, os números da violência do namoro são assustadores. Os jovens estão a naturalizar formas de violência - que podem não ser violência física, mas outras formas de violência nas relações - que têm a ver com a subjugação das raparigas nas relações e que mais tarde leva a situações de violência de género.

As mulheres não são vítimas de violência doméstica porque são mais frágeis do que os homens. Elas são vítimas de violência doméstica porque em algum lugar há um homem que acha que tem o direito de posse sobre essa mulher e faz refletir de forma violenta esse preconceito. Enquanto não acabarmos com esse preconceito, não acabamos com essa violência.

Desde 2004 mais de 600 mulheres foram assassinadas pelos seus companheiros ou ex-companheiros, em Portugal. Não são apenas números, são vidas destruídas, são nomes, são famílias, são crianças, são ruas, são lugares. Não é contra uma, é contra todas nós. O problema não é daquelas mulheres em concreto, é do que está mal na nossa sociedade e nas nossas instituições que permitiu que elas fossem assassinadas, que todas elas fossem assassinadas.

A violência contra as mulheres não existe só quando uma mulher é assassinada. É o assédio no espaço público, o colega de trabalho que te levanta a voz, o companheiro que acha que deve controlar o que vestes, o ex-namorado que divulga na internet as tuas fotografias íntimas, a discussão que acabou com um estalo. Os exemplos constituem uma lista infinita. O assassinato de uma mulher é o pico da violência machista. É o homem a usar a sua força para tirar a vida a alguém com quem, muitas vezes, partilhou amor e afetos. Desprezarmos os sinais de subordinação é sermos cúmplices da impunidade. Normalizar o apalpão, o assédio sexual, a palavra alta, a foto íntima partilhada, a pisadura no braço e o ciúme, é compactuar com uma sociedade em que as mulheres não são donas do seu próprio corpo e das suas próprias vidas, como se fossem sempre propriedade de alguém.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 71/XIII-2º/2021-25

(Moções/Deliberações)

A violência nas relações de intimidade não se fica apenas pelos atos de violência física que geralmente associamos à violência doméstica. Gestos de violência ou controlo psicológico, sexual ou social também são uma forma de violência e mais comuns em contextos de namoro.

Tal como na violência doméstica e sexual, as mulheres e raparigas são as principais vítimas.

Acresce que as mulheres mais pobres, as mulheres lésbicas, bissexuais e trans, as pessoas não-binárias, as pessoas racializadas e as pessoas com deficiência são alvo de múltiplas violências. Sendo de referir a situação particularmente preocupante das mulheres trans. A Trans Murder Monitoring registou a nível mundial 327 pessoas trans assassinadas este ano, 95% das quais do género feminino, 36% das trans assassinadas na Europa eram imigrantes.

Em 2021, a violência doméstica contra cônjuge ou situação análoga continuou a ser o crime mais participado em Portugal (26 520 queixas), representando 28,9% de todos os crimes contra pessoas praticados em Portugal.

Em 2022 os números continuam a ser alarmantes:

29 mulheres assassinadas.

23 em situação de intimidade.

13 foram mortas pelos companheiros atuais, 10 estavam separadas do seu agressor. Em 55% dos casos já era conhecida violência prévia.

Uma tinha botão de pânico, mas não teve tempo de acioná-lo.

A mais nova tinha 27 anos, a mais velha 74.

13 tinham filhos. Em quatro destas situações de violência doméstica fatal, as crianças presenciaram o crime.

Já são mais 6 feminicídios em Portugal do que em 2021.

A violência contra a mulher é quotidiana - tal como a nossa luta. Exigimos respostas imediatas a todas as vítimas de violência doméstica: afastar o agressor e não a vítima, reforçar o apoio durante os processos judiciais, criar juízos especializados para estes crimes. Quando uma mulher é agredida pelo companheiro, toda a sociedade é violentada. Repetimos quantas vezes necessárias: NEM UMA MENOS!

A assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 14, 15 e 20 de dezembro de 2022 delibera:

1. Fazer um minuto de silêncio pelas vítimas da violência machista;
2. Saudar o Dia Internacional para a eliminação da violência contra as mulheres;
3. Reforçar os mecanismos de prevenção da violência doméstica, promovendo o debate popular e a normalização dos direitos das mulheres.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 15 de dezembro de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal

(José Joaquim Leitão)